



MERCOSUR

Presidência Pro Tempore Brasileira - PPTB

Subgrupo de Trabalho N° 10 – SGT 10  
*“Relações Laborais, Emprego e Seguridade Social do Mercosul”*

# **Ata Inspeção do Trabalho N° 02/2012**

Reunião da Comissão Operativa Coordenadora do  
Plano Regional de Inspeção do Trabalho do Mercosul

Porto Alegre/Brasil – 27 de novembro de 2012

**MERCOSUL/SGT 10/COMISSÃO OPERATIVA COORDENADORA DO PLANO REGIONAL DE INSPEÇÃO DO TRABALHO DO MERCOSUL/ATA Nº 02/2012**

**REUNIÃO DA COMISSÃO OPERATIVA COORDENADORA DO PLANO REGIONAL DE INSPEÇÃO DO TRABALHO DO MERCOSUL**

Realizou-se na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, República Federativa do Brasil, em 27 de novembro de 2012, a Reunião da Comissão Operativa Coordenadora do Plano Regional de Inspeção do Trabalho do Mercosul, com a participação das delegações da Argentina, Brasil e Uruguai.

A lista de participantes figura no **Anexo I**.

A agenda da reunião figura no **Anexo II**.

A Presidência *Pro Tempore* deu as boas vindas às delegações presentes recordando a situação em matéria de inspeção.

Foram tratados os seguintes temas:

**1- DOCUMENTO REFERENCIAL SOBRE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO**

O Brasil apresentou Nota Informativa nº 51/12/DSST/SIT/MTE referente a análise do documento referencial de segurança e saúde no trabalho, o qual figura como **ANEXO III**.

O setor governamental argentino propõe submeter ao SGT-10 a sugestão de criar espaço específico para discussão de matérias relacionadas à saúde e segurança do trabalho.

Sem prejuízo da proposta do setor governamental argentino, o documento referencial será objeto de nova discussão durante a Presidência *Pro Tempore* do Uruguai a fim de esclarecer alguns pontos.

**2 – OPERATIVOS CONJUNTOS EM ZONAS DE FRONTEIRA**



A.



As delegações Argentina, Brasil e Uruguai apresentaram Documento Consolidado de Resultados dos Operativos de Inspeção Conjunta no Setor de Transporte de Cargas e de Passageiros, em Fronteiras, entre os Estados Membros do Mercosul.

#### **ANEXO IV.**

Decidiu-se elaborar uma proposta de Resolução a ser elevada ao GMC, pautada nas seguintes premissas:

- os fatos constatados pelo inspetor em seu território terão presunção absoluta de validade junto ao órgão de inspeção do país em que a empresa fiscalizada possui sede;
- cada país membro deverá informar os dados necessários que definem a irregularidade, a fim de possibilitar a elaboração de informe sobre a situação constatada;
- referida resolução se aplicará, em princípio, às atividades de transporte terrestre de carga e passageiros, focando-se no controle da jornada de trabalho.

Retomar os operativos conjuntos definidos na reunião ocorrida no âmbito da PPTA, a realizar-se no primeiro semestre de 2013 (março de 2013), no setor de transporte de passageiros e cargas:

- Operativos de inspeção conjunta no setor de transporte de passageiros e de cargas nas zonas de fronteiras Colón (República Argentina) – Paysandu (República Oriental do Uruguai); Paso de los Libres (República Argentina) – Uruguiana (República Federativa de Brasil) e Santana do Livramento (República Federativa de Brasil) – Rivera (República Oriental do Uruguai).

Sinalizar a possibilidade de realização de operativo conjunto entre Uruguai e Argentina, no segundo semestre de 2013 (setembro-outubro de 2013), no setor agrícola, nas zonas de fronteiras de Concordia (República Argentina) – Salto (República Oriental do Uruguai).

### **3- PROJETO DE FORMAÇÃO DE INSPETORES DO TRABALHO DO MERCOSUL**

A representante governamental do Brasil deu informe sobre solicitação de apoio a Agência Brasileira de Cooperação – ABC do Brasil ao Projeto de Formação de Inspetores do Trabalho do Mercosul com a realização de um Seminário de Boas



Práticas de cada país, a ser desenvolvido no primeiro semestre de 2013, dirigido aos Inspetores do Trabalho do Mercosul. A proposta de Seminário figura como **ANEXO V**.

Ficou acordado que cada país irá analisar dita proposta de Seminário e encaminhar ao Brasil, até dezembro de 2012, sugestões de temas pertinentes para discussão na próxima reunião.

Houve acordo entre as delegações quanto à incorporação de um módulo no Seminário de Boas Práticas sobre os procedimentos de controle de jornada dos trabalhadores em transporte terrestre dos países membros.

As delegações do Brasil, Uruguai e Argentina se comprometeram a buscar meios de financiamento para realização do Seminário. A Chancelaria Argentina manifestou interesse em participar do financiamento do Projeto de Formação de Inspetores do Trabalho do Mercosul.

A delegação do Brasil informou que o Coordenador Nacional do SGT-10 do Brasil encaminhou Nota ao Ministério das Relações Exteriores – MRE/Brasil, solicitando disponibilizar espaço na Escola Virtual do Mercosul, no âmbito do Projeto Mercosul Digital, para abrigar o Ensino À Distância - EAD no Projeto de Formação de Inspetores do Mercosul. **ANEXO VI**.

## PRÓXIMA REUNIÃO

A PPTU informará oportunamente a data e lugar da próxima reunião.

## ANEXOS

Os Anexos que formam parte da presente Ata são os seguintes:

Anexo I	Lista de Participantes
Anexo II	Agenda
Anexo III	Nota Informativa nº 51/12/DSST/SIT/MTE
Anexo IV	Documentos Consolidado de Resultados dos Operativos de Inspeção Conjunta no Setor de Transporte de Cargas e de Passageiros, em Fronteiras, entre os Estados Membros do Mercosul (Argentina, Brasil e Uruguai).
Anexo V	Proposta de Seminário de Boas Práticas

*Handwritten signatures and initials on the right margin of the page.*

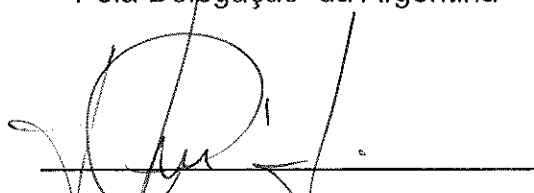
*Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.*

  
Pela Delegação da Argentina  
RAFAELA TURAGBE

Pela Delegação do Brasil

Dna. Maria Tereza

Gustavo Martins

  
Pela Delegação do Uruguai  
Juan Carlos Martínez  
Ministro de Trabajo



MERCOSUR

Presidência Pro Tempore Brasileira - PPTB

**REUNIÃO DA COMISSÃO OPERATIVA COORDENADORA DO  
PLANO REGIONAL DE INSPEÇÃO DO TRABALHO DO  
MERCOSUL**

**ANEXO I**

XXXVI Reunião do Subgrupo de Trabalho nº 10

Porto Alegre/Brasil – 27 de novembro de 2012

## **ANEXO I**

### **LISTA DE PARTICIPANTES**

#### **REUNIÃO DA COMISSÃO OPERATIVA COORDENADORA DO PLANO REGIONAL DE INSPEÇÃO DO TRABALHO DO MERCOSUL**

Terça feira, 27 de novembro de 2012

#### **REPÚBLICA ARGENTINA**

##### **Setor Governamental**

1. Emiliano Ré – MTEySS
2. Tujague Daniela – MTEySS

#### **REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

##### **Setor Governamental**

1. Ana Maria Torelly – SRTE/MTE
2. Tânia Mara Coelho de Almeida Costa – MTE
3. Sara Rosa Portella – MTE

##### **Setor Sindical**

1. Gustavo Seferian – CUT

#### **REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI**

##### **Setor Governamental**

1. Juan Carlo Martinez - MTSS



MERCOSUR

Presidência Pro Tempore Brasileira - PPTB

**REUNIÃO DA COMISSÃO OPERATIVA COORDENADORA DO  
PLANO REGIONAL DE INSPEÇÃO DO TRABALHO DO  
MERCOSUL**

**ANEXO II**

Porto Alegre/Brasil – 27 de novembro de 2012





**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO**

Esplanada dos Ministérios - Bloco "F", Ed. Sede, 5º andar, Sala 555 - Brasília - DF  
CEP: 70059-900 - Fones: (55) (61) 2031-6785 / 2031-6896 Fax: (55) (61) 2031-6262  
Email: [mercosul.gm@mte.gov.br](mailto:mercosul.gm@mte.gov.br)  
Presidência Pro Tempore Brasileira



## **INSPEÇÃO DO TRABALHO**

**27 de novembro de 2012 – terça-feira**

**09:00 as 18:00 horas**

### **REUNIÃO DA COMISSÃO OPERATIVA COORDENADORA DO PLANO REGIONAL DE INSPEÇÃO DO TRABALHO DO MERCOSUL**

- 1- Discussão sobre o documento referencial sobre segurança e saúde no trabalho, aprovado na PPTA, na Reunião de maio de 2004, e recolocada na agenda da Inspeção do Trabalho por representante do setor trabalhador argentino, na última reunião ordinária, em maio de 2012.
- 2- Apresentação dos resultados dos operativos conjuntos realizados em 2012: debate e propostas de ação e nomeação de novas fronteiras e de novos setores econômicos.
3. Discussão de temas gerais do Plano Regional de Inspeção do Trabalho do MERCOSUL.
- 4- Projeto de Formação de Inspetores do Trabalho do MERCOSUL, marco institucional para iniciar a execução do Projeto será a realização de Seminário de Boas Práticas – (proposta de data março de 2013, em Brasília).

**13h00 as 14h30 almoço**

- 5- Apresentação da proposta de Seminário de Boas Práticas a ser elevada à Agência Brasileira de Cooperação – ABC/Brasil, com a finalidade de liberar recursos financeiros para viabilizar a realização do referido seminário, que está previsto para 03/2013, com a participação de três representantes (inspetores do trabalho) de cada país.
- 6- Apresentação da programação do Seminário de Boas Práticas com os temas identificados na V Reunião Ordinária da Comissão Operativa Coordenadora do Plano Regional de Inspeção do Trabalho do MERCOSUL.
- 7- Possibilidade de utilizar a Escola Virtual do MERCOSUL para realização de cursos na modalidade EAD – ensino à distância.
- 8- Elaboração e assinatura da Ata



MERCOSUR

Presidência Pro Tempore Brasileira - PPTB

**REUNIÃO DA COMISSÃO OPERATIVA COORDENADORA DO  
PLANO REGIONAL DE INSPEÇÃO DO TRABALHO DO  
MERCOSUL**

**ANEXO III**

Porto Alegre/Brasil – 27 de novembro de 2012



Secretaria de Inspeção do Trabalho  
Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho  
Coordenação-Geral de Normatização e Programas

NOTA INFORMATIVA Nº 51 /2012/DSST/SIT/MTE

Interessado: Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE

Assunto: SGT 10 – MERCOSUL

1. Trata-se de análise quanto ao documento referencial de Segurança e Saúde no trabalho elaborado no âmbito do SGT 10 – MERCOSUL, que se encontra anexo a esta nota.
2. Em relação ao texto proposto, informamos que o Brasil já atende ao disposto nos Art. 2º e 3º, sendo que a regulamentação em segurança e saúde no trabalho é uma prerrogativa da União, prevista na Constituição Federal e no Capítulo V, artigos 155 e 200, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, relativo à Segurança e Saúde no Trabalho, onde se estabelece expressamente a competência regulamentar do Ministério do Trabalho e Emprego quanto à elaboração de normas de Segurança e Saúde no Trabalho.
3. Saliente-se que tais normas são de observância obrigatória em todos os locais de trabalho e tem por objetivo estabelecer obrigações quanto à adoção de medidas que garantam trabalho seguro e sadio, prevenindo a ocorrência de doenças e acidentes de trabalho.
4. A construção dos regulamentos de segurança e saúde no trabalho é realizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego adotando os procedimentos preconizados pela Organização Internacional do Trabalho – OIT, que recomenda o uso de Sistema Tripartite Paritário (Governo, Trabalhadores e Empregadores) para discussão e elaboração de normas na área de Segurança e Saúde do Trabalho.
5. Importante destacar que esta forma de normatizar atende melhor as expectativas dos dois pólos da relação de emprego, além de acompanhar de forma mais dinâmica a evolução das relações e processos de trabalho.
6. Nesse sentido, o MTE coordena a Comissão Tripartite Paritária Permanente – CTPP, instituída pela Portaria nº 2, de 10 de abril de 1996, por meio da Secretaria de Inspeção do Trabalho – SIT.
7. A CTPP é composta por representantes do governo (MTE, FUNDACENTRO, MS e MPS), dos empregadores, indicados pela Confederação Nacional do Comércio de Bens,

Serviços e Turismo – CNC, Confederação Nacional do Transporte – CNT, Confederação Nacional das Instituições Financeiras – CNF, Confederação Nacional da Indústria – CNI e Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA, e dos trabalhadores, representados pelas centrais sindicais que atendem os requisitos de representatividade elencados na Lei 11.648, de 31 de março de 2008.

8. Desse modo, considerando a dinâmica do mundo do trabalho no que concerne o surgimento de novos processos e atividades, bem como as necessidades de estabelecer regulamentos direcionados para setores específicos da economia que apresentam índices elevados de acidentes e doenças decorrentes do trabalho, e as demandas encaminhadas pela sociedade, a CTPP define os temas que serão objeto de elaboração, ou revisão, de normas regulamentadoras.

9. Ressalte-se que os temas podem ser de caráter geral, resultando em uma norma que se aplica a todos os setores da economia, ou de caráter específico, ocasião em que se elabora uma norma direcionada para determinado setor.

10. Além disso, após a elaboração de uma Norma Regulamentadora a CTPP pode propor a constituição de Comissão Nacional Tripartite Temática – CNTT, nos termos do Art. 9º da Portaria SIT nº 1.127, de 02 de outubro de 2003, para acompanhar a implementação da regulamentação em segurança e saúde no trabalho, especialmente quanto aos seguintes aspectos:

- Elaborar e divulgar instrumentos e materiais consultivos que contribuam para a implantação do disposto nas normas regulamentadoras em segurança e saúde no trabalho;
- Incentivar a realização de estudos e debates visando o aprimoramento permanente da legislação;
- Avaliar distorções ou efeitos não previstos ou não pretendidos da regulamentação;
- Sugerir, quando necessário e ouvida a Comissão Tripartite Paritária Permanente - CTPP, a criação de grupos de trabalho, subcomissões, comissões estaduais ou regionais;
- Contribuir para a melhoria e aperfeiçoamento das práticas da regulamentação, propondo atualizações ou alterações na legislação.

11. Quanto ao Art 4º, informa-se que a Lei nº 8.213/91 determina no seu artigo 22 que todo acidente do trabalho ou doença profissional deverá ser comunicado pela empresa ao INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social, sob pena de multa em caso de omissão. Tal comunicado é feito por meio da CAT – Comunicação de Acidente de Trabalho.

12. Ressalte-se ainda que anualmente o INSS elabora e divulga um anuário estatístico de acidentes de trabalho.

13. O Art. 5º também já está incorporado pelo Brasil, haja vista a existência da SIT – Secretaria de Inspeção do Trabalho e do DSST – Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho, vinculado a SIT.

14. Quanto ao Art. 6º, informa-se que há dentro da estrutura da SIT a Coordenação Nacional do Sistema Nacional de Treinamento dos Auditores Fiscais do Trabalho (vide Portaria SIT 248/2011).

15. A Norma Regulamentadora nº 5 – CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - tem como objetivo a prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho, de modo a tornar compatível permanentemente o trabalho com a preservação da vida e a promoção da saúde do trabalhador. Este regulamento determina que as empresas privadas, públicas, sociedades de economia mista, órgãos da administração direta e indireta, instituições beneficentes, associações recreativas, cooperativas, bem como outras instituições que admitam trabalhadores como empregados devem constituir CIPA. Ressalte-se que a CIPA é composta por representantes dos empregadores e trabalhadores, atendendo assim ao Art. 7º.

16. O Art. 8º está plenamente atendido a partir da publicação da Nova Norma Regulamentadora nº 12 – Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos, aprovada pela Portaria SIT 197, de 17 de dezembro de 2010, que dentre outras coisas, dispõe que:

**12.1.** Esta Norma Regulamentadora e seus anexos definem referências técnicas, princípios fundamentais e medidas de proteção para garantir a saúde e a integridade física dos trabalhadores e estabelece requisitos mínimos para a prevenção de acidentes e doenças do trabalho nas fases de projeto e de utilização de máquinas e equipamentos de todos os tipos, e ainda sua fabricação, importação, comercialização, exposição e cessão a qualquer título, em todas as atividades econômicas, sem prejuízo da observância do disposto nas demais Normas Regulamentadoras – NR aprovadas pela Portaria nº 3.214, de 8 de junho de 1978, nas normas técnicas oficiais e, na ausência ou omissão destas, nas normas internacionais aplicáveis.

17. As normas regulamentadoras nº 6 – EPI, equipamentos de proteção individual, e nº 9 – PPRA, Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, assim como as normas nº 15 – Insalubridade, e 26 – Sinalização de segurança, que adotou a implementação do GHS no País demonstram o atendimento aos artigos 9º e 10º.

18. Saliente-se que a legislação brasileira prevê a hierarquia das medidas de proteção sinalizadas pelo Art. 9º e que todos os equipamentos de proteção individual são testados em

laboratório para avaliação de sua eficácia de acordo com normas técnicas de ensaio nacional e/ou internacional.

19. Quanto ao Art 11º, destacado abaixo, sugerimos a retirada do texto grifado, visto que o primordial é a existência de condições adequadas de segurança e saúde para os trabalhadores, o que não tem nenhuma relação com o texto que se sugere retirar.

Las legislaciones nacionales deberan prever que las empresas extranjeras instaladas en los países del MERCOSUR devem cumplir las mismas condiciones de salud y seguridad que las empresas del MERCOSUR. Los estados partes procuraran que cuando estas empresas dispongan de estandares superiores en SUS casas matrices o filiales estos Sean aplicados en los países del MERCOSUR.


20. Quanto ao Art. 12º, temos que o direito de recusa diante de uma situação de grave e iminente risco está consagrado como um direito do trabalhador.

21. Por fim, em relação ao Art. 13 e 14, ressaltamos que atualmente possuímos 35 Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho e que o direito de informação dos trabalhadores quanto aos riscos a que estão expostos no ambiente de trabalho está amplamente estabelecido.

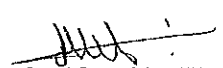
22. Em síntese, sugerimos a ratificação do documento, exceto quanto a parte do Art. 11º indicada no item 19 desta nota informativa.

23. À consideração superior.

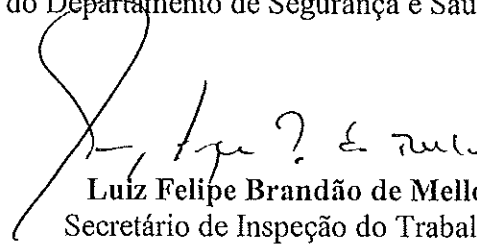
Brasília, 19 de novembro de 2012.

  
**Rômulo Machado e Silva**  
Coordenador-Geral de Normatização e Programas

De acordo. Encaminhe-se à SIT.  
Brasília, 20 / 11 /2012.

  
**Celso de Almeida Haddad**  
Diretor do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho

De acordo.  
Brasília, 21 / 11 /2012.

  
**Luiz Felipe Brandão de Mello**  
Secretário de Inspeção do Trabalho